

“CAMPELINIA” E ENSINO DE GEOGRAFIA: A “ETNOGEOGRAFIA” DA QUESTÃO

Heitor Paladim Jr. – Dep. Geo / USP
hpaladim@usp.br

“Pátria Livre, Venceremos” é uma frase comumente usada pelos sujeitos que integram os Movimentos Socioterritoriais na luta por *terra de trabalho* na sociedade brasileira hodierna. Tanto ao ocuparem um latifúndio improdutivo como ao participarem de uma formatura de grau superior do curso de Pedagogia da Terra em Veranópolis – RS. Todos sabemos portanto que essa frase faz parte do legado de práxis revolucionária nos deixado por Ernesto Che Guevara. Começo essa contribuição textual usufruindo da força que essas três palavras juntas significam para os ativistas desses movimentos, mas usarei de um expediente que diz respeito a uma das características da prática científica: empregarei cada palavra desse frase para estabelecer um diálogo entre algumas das realizações dos ativistas da luta pela terra no Brasil, a construção do conhecimento geográfico e a contribuição ao debate para a questão agrária brasileira. Me proponho desta feita a apontar possíveis elos entre alguns feitos dos camponeses organizados e a produção científica recente. Trata-se portanto de ações que autenticam mudanças tanto da territorialidade camponesa, como das ações acadêmicas referentes ao tema. Em suma o que propomos é perceber a contribuição que os Movimentos socioterritoriais do campo possibilitam a discussão e construção da cidadania do povo brasileiro.

Essa frase também encontrada nos escritos do Che e adotada pelos lutadores do campo, foi proferida pelo Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira no término de sua arguição na participação da Banca de minha defesa de Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana, ocorrida em fevereiro último. Nessa dissertação intitulada *Insurreição dos Saberes: Territorialização e Espacialização do MST: um estudo de caso da Escola Agrícola 25 de Maio – Fraiburgo / SC (O ensino de Geografia em questão)* orientada pela Profa. Dra. Sônia Maria Castellar, apresento vários conceitos: Reforma Agrária, Modernização conservadora, Movimentos Socioterritoriais, Escola Republicana Burguesa, Escola do Campo e no campo, Campesinato, Territorialização, Espacialização, Território, Cultura. Quanto as Palavras Chaves necessárias para a apresentação de um trabalho científico destacamos: educação do campo, escolas de assentamentos, Reforma Agrária, espacialização e territorialização, formação de professores, campesinia.

Essa dissertação realça a questão agrária brasileira através de um estudo de caso da Escola Agrícola 25 de Maio (Município de Fraiburgo, meio Oeste de Santa Catarina, Brasil). Essa instituição, organizada pelo movimento sócio-territorial: o MST, atende a filhos/as de assentados/as e faz parte da luta pela conquista e manutenção da terra de trabalho. Realizamos uma pesquisa - ação, no qual o cotidiano escolar foi investigado a partir do currículo operado por educadores e educandos e as diferentes estratégias no processo de ensino-aprendizagem via CEPRA (Cooperativa de Estudantes pela Reforma Agrária). Neste trabalho dissertativo cabe realçar também que a escola e a

escolarização obtém sentidos que extrapolam as visões economicistas presentes na construção dos valores da modernidade. Mas convém sempre alertar que dentro dos assentamentos e na relação entre setores dos movimentos a geração de renda ainda é entendida como um aspecto restrito, ainda se faz presente a prática economicista. Porém no processo pela luta por uma Educação do Campo e por Escolas do Assentamento é importante perceber um movimento desafiador a cultura vigente, provoca e propõe mudanças de valores. Trato aqui de valores sociais e portanto humanos. O objetivo dessa dissertação também foi o de revelar como esses movimentos com base em dois conceitos raros para a geografia, territorialização e espacialização, provocam e constroem caminhos para a Formação de Educadores/as e para que os camponeses tenham voz em outras esferas. Estruturei esse trabalho com apoio em oficinas didáticas-pedagógicas (batizei de oficinas de diálogos) e, principalmente o diálogo entre o saber popular e o científico. Apontamos para uma proposta de uma Geografia das (e nas) Escolas do Campo, e para um novo conceito de Campesinidade (cidadania do campo). Este estudo “abre portas” para futuros estudos sobre Etnogeografia.

Destaco os conceitos de Campesinidade e Etnogeografia que intitulam esse texto e que trago a reflexão nesta apresentação oral do Simpósio de Geografia Agrária em Presidente Prudente no mês de novembro de 2006. Esses dois conceitos me estimulam a continuar pesquisando, porém agora como doutorando do mesmo Departamento. “Campesinidade” é um neologismo construído neste trabalho dissertativo, apoiado no conceito de *Florestania*, cunhado na luta dos Povos da Floresta na conquista de suas Reservas Extrativistas. O desafio do Doutorado, entre outros, será torná-lo um conceito viável cientificamente para que possamos ter mais uma possibilidade de explicarmos/entendemos nosso país. O conceito de Etnogeografia já é usado por outras ciências (antropologia com mais frequência)¹, mas aqui travamos um debate para apurar qual o sentido de geografia é trabalhado na utilização desse conceito. Nosso objetivo em relação a essa palavra é relacioná-la com o aspecto de etnoconhecimento gerado na luta por *terra de trabalho* e também por Escolas do Campo, ou seja, investigar qual a geograficidade possível que surge da luta pela terra. Trata-se portanto de um principiar de trabalho de pesquisa, mas que devido a toda as possibilidades e limites surgidos nos três anos e meio de mestrado, nos autorizam a estabelecer (denunciar e anunciar segundo Paulo Freire) esse diálogo entre saber popular, escolar e científico, num caminho de idas e vindas entre essas formas de conhecimento.

Mas voltando a frase, ao grito de ordem, quero destacar três aspectos, me apoiar nela, fazer um convite para esmiúça-la e assim prosseguirmos nessa contribuição textual para o Eixo Temático Educação do Campo desse III Simpósio Nacional de Geografia Agrária (II Simpósio Internacional).

Referente a palavra PÁTRIA, cabe refletir pelo convite que Aziz Ab’Saber nos propõe: o Brasil está em “fazimento”. Isso contraria a visão das elites e de vários intelectuais de que ao estar pronto e moderno, o país precisa somente ser consertado. Ao adotar essa frase como grito de ordem, os movimentos socioterritoriais demonstram uma preocupação de que a luta por terra não é só local, mas nacional. Seja em que setor que lancem suas preocupações, a reforma agrária não se limita

1 Como exemplo da utilização do conceito:

somente a adquirir um lote para viver dignamente. Um exemplo que aflora nesse sentido é que ao exigirem e administrarem as suas próprias escolas (e aqui elas não deixam de serem Estaduais ou Municipais) essa escala tem que estar presente. Portanto o nacional e o local em relacionamento e enquanto preocupação entra como uma questão tática na conquista e manutenção das escolas do campo. Somente um desses movimentos, o MST, conta com 1.500 escolas públicas, as escolas de assentamento². Outro aspecto que está associado ao entendimento de Pátria contido no grito dos ativistas é de que nosso país possui grande diversidade cultural, então o campesinato no Brasil tem que ser entendido e explicado a partir dessa possibilidade. Considerando que esses sujeitos vivem através de diferentes maneiras, o que implica entender que são os quilombolas, os povos da floresta que habitam e trabalham nas resex, os ribeirinhos, os pescadores, os que fazem constituem os movimentos socioterritoriais de luta pela terra e por Reforma Agrária.

Terra, trabalho e família.

Quanto a palavra livre, quero deixar aqui duas situações importantes: a relação intrínseca entre campesinato e liberdade; e que quando realizamos pesquisas que envolvam sujeitos camponeses, cabe que em algum momento que precisemos trabalhar com essa questão. Para falar em liberdade, gosto de lembrar José Martí quando apontava que o mundo tem dois campos: os que aborrecem a liberdade, porque só a querem para si; e um outro campo dos que amam a liberdade e a querem para todos. Recorrendo a dissertação que defendi ainda neste ano, recordo que no fim de cada entrevista perguntava aos camponeses entrevistados o que achavam da liberdade e se achavam livres. Os camponeses encontram-se no segundo campo. Mas ainda resta muito para a libertação. Um dos fatores é libertarem-se do preconceito e estereótipo de ser caipira, atrasado. Para essas pessoas, diante do preconceito que os governos assumem, resta escolas públicas como fotocópias mal feitas das escolas da cidade. Desta maneira conquistar cidadania, ativa e conjuminada com resgate de identidade camponesa, vai além de luta por terra e renda. Passa necessariamente por luta por escolas do campo, administradas e trabalhadas pelo conjunto de sujeitos sociais específicos dentro da realidade brasileira, os camponeses.

Conquistar esses direitos, resgatar essa identidade, serem sujeitos de suas histórias, manter a terra conquistada, exigir políticas públicas emancipatórias em vez de políticas públicas compensatórias (que simplesmente compensem as mazelas provocadas pelo projeto de modernização das elites para a sociedade brasileira) impulsiona o venceremos.

Convém lembrar que a palavra “venceremos” está no plural, lembra a coletividade e o coletivismo inerente a prática de luta e a vida camponesa, e porque não humana.

Tanto ao observar o cotidiano escolar e investigamos o currículo operado por educadores e educandos e as diferentes estratégias no processo de ensino-aprendizagem via CEPRA (Cooperativa de Estudantes pela Reforma Agrária). Observamos também que a escola e a escolarização ganham sentidos além das visões economicistas presentes na construção dos valores da modernidade. Ao se organizarem em cooperativas, ao trazerem o sentido cooperativo para o rol das práticas e preocupações do currículo escolar, ao proporem formações que visem darem aos jovens um ensino médio em administração técnica em cooperativismo, percebemos que esse “nós” demonstra esse

² Uma visita a página do MST na internet possibilita termos acesso a essa estatística escolar.

valor . No processo pela luta por uma Educação do Campo e por Escolas do Assentamento é importante pensar em um movimento que desafie a cultura vigente ao propor mudanças de valores. Ainda sobre o aspecto coletivo que o “venceremos” apresenta cabe recorrer a Via Campesina como exemplo de que o aspecto coletivo além de ser um aspecto inerente a cultura camponesa, é assumida pelos mesmos sobre uma nova égide, uma organização que agora também é globalizada. Os vários movimentos socioterritoriais camponeses do Brasil (MMC, MPA, MAB, MST, etc), do continente latino americano e de outros camponeses se unem para enfrentarem e proporem nessa escala mundo. Mas se direcionarmos nossa visão apenas para um deles, o MST, percebemos claramente essa característica despontando em várias ações, desde ocupar, resistir e produzir ao constituírem um acampamento até a organização e o desenvolver de jornadas de lutas que envolvem Marchas Nacionais, quanto ocupações de prédios públicos.

A luta por escolas remete ao venceremos enquanto aspecto coletivo da luta que travam esses sujeitos e também religa o sentido de “ pátria para que ?” e “ pátria para quem ?”, uma vez respondida essa questão, desponta a questão da liberdade.

A luta por escolas, nas palavras desses sujeitos rompem cercas do latifúndio e da ignorância, pois querem uma Reforma Agrária também na educação. Nestas preocupações interagem na escala local (ao quererem escolas do assentamento) como também na escala nacional, o movimento Por uma Educação do Campo (hoje já alcançaram as Diretrizes Operacionais junto ao MEC).

Um dos assentados entrevistados ao citar sobre a luta pela escola no assentamento em que mora, nos relatou o seguinte:

“Nós fizemo, lutamo por isso ai e tudo deu certo, né? Aonde que nos temo essa escola hoje até o segundo grau, né? Não foi com brincadeira que nós conseguimos assegura ela. Porque teve muito ataque do próprio município, da autoridade do município tentano acaba com a escola, tentano fecha, que num aceitava nossa proposta, da educação que nós tinha, que nós queria aquilo que era a vontade de nossos filho que falava de nossa história e a, e as criança aprende, não sabe a velocidade dum avião, mas sabe a aquilo que era pra... que ia fazê bem pra eles mais tarde, sabê se defendê de certas exploração, de esse sistema que nós temo, e...”

Uma lição que aprendemos nessa fala é de que a luta por terra e o direito por escola, que também tem que vir via luta direta, não tem facilidades. Tolstoi uma vez apontou que se queremos ser universais devemos começar a pintar nossa aldeia, e de certa maneira é isso que fazem os assentados. Propõem que seus filhos e netos participem da luta pelo resgate identitário camponês sobre a égide da conquista de direitos. Campesinia assim é a cidadania camponesa forjada na luta por terra de trabalho, não essa cidadania doada para fins eleitorais. Terra, trabalho e a adoção de uma luta continua por uma Reforma Agrária transformadora, uma política publica que emancipe corações e mentes montam esse cabedal de entendimentos e possibilidades. A cidadania do campo é algo que dia respeito aos moradores e vivenciadores do campo brasileiro. A campesinia portanto trata de resgate de identidade e forjamento da mesma. Identidade que a luta pela terra possibilita, cabe a nós que discutimos o papel do ensino de geografia dialogar com esses sujeitos a fim de trazer um debate sobre o envolvimento do saber sistematizado pelos cânones científicos na escola do campo. Propor melhoras, refletirmos sobre o mesmo. Provocar para que a geograficidade inerente a

luta por terra de trabalho possa germinar também o saber escolar tanto na escala da disciplina geográfica, quanto das transformações cada vez mais necessárias ao currículo.